



# Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 1984.

ANO X

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 29.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 1984.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Tuguio Setogutte.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Scorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessutti, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antonio Belinatti. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte expediente:

## Mensagem

MENSAGEM Nº 92/84.

Curitiba, 04 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

as inclusas cópias autênticas do Convênio de 25 de maio de 1979 e dos respectivos termos aditivos datados de 07.06.82, 16.12.82, 18.02.83, 14.07.83 e 22.11.83, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, através da Delegacia Federal da Agricultura no Paraná, objetivando a execução, pela Empresa Paranaense de Classificação de Produtos-CLASPAR, dos serviços de classificação de econômico de origem vegetal, para fins de comercialização.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 93/84.

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos".

Município	Nº e data do Convênio
Almirante Tamandaré	01/84 - 15.02.84
Araucária	02/84 - 15.02.84
Campo Largo	03/84 - 15.02.84
Colombo	04/84 - 20.02.84
Piraquara	05/84 - 15.02.84
Quatro Barras	06/84 - 15.02.84
São José dos Pinhais	07/84 - 20.02.84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 19 de março de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Doutor Camargo e Nova Esperança, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 95/84.

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Eneas Marques - n.º 471/83, Imbituva - n.º 476/83 e Inácio Martins - n.º 454/83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 96/84

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando melhoria das condições operacionais de aeroportos:

Município	N.º e data do Convênio
Guarapuava	005/84 - 18/01/84

Paranavaí

004/84 - 19/01/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 97/84

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Itambaracá - n.º 482/83 e Peabiru - n.º 500/83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM n.º 98/84

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Boa Vista da Aparecida - n.º 531/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 99/84

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Campina da Lagoa - n.º 468/83 e Rio Azul - n.º 508/83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 100/84

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Tamboara - n.º 551/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 101/84

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Cafelândia - n.º 529/83 e Grandes Rios - n.º 534/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 102/84

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro do Sul, o imóvel constituído pela data de terras n.º 15 (quinze), da quadra n.º 29 (vinte e nove), situada na sede do Município, medindo a área de 600,00 m<sup>2</sup>, com frente para a Rua João Negrão, esquina com a Rua Cerro Azul, objeto da matrícula n.º 1.866, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity.

A data do terreno cuja autorização para alienação constitui objeto do Plano de lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis, foi doada ao Estado do Paraná, pelo próprio Município de Cruzeiro do Sul, para que nela fosse construído prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Ocorre que, estando prevista a construção de tal prédio em outra área bem mais adequada, já doada ao Estado pelo referido município, a medida aqui contida afigura-se plenamente justa e oportuna.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cruzeiro do Sul, o imóvel constituído pela data de terras n.º 15 (quinze), da quadra n.º 29 (vinte e nove), situada na sede do Município, medindo a área de 600,00 m<sup>2</sup>, com frente para a Rua João Negrão, esquina com a Rua Cerro Azul, objeto da matrícula n.º 1.866, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 103/84

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Piên - n.º 561/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 104/84

Curitiba, 23 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Flórida - n.º 564/83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

**Requerimentos:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o PROJETO DE LEI N.º 02/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 155/83, que dispõe sobre a extinção das atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais-Militares, prevista na Lei n.º 7.047, de 21.11.78, alterada pela Lei n.º 7.638, de 10.09.82, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 61/84, de autoria deste Deputado e outros.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Leopoldina Pires de Lima, esposa do suplente de vereador de União da Vitória, Senhor Hélio Pires.

A extinta, exemplo de bondade, dignidade e honradez, causou consternação à população de União da Vitória, que reconheciam as suas excepcionais qualidades.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário inserção na ata dos trabalhos de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Diomar David Dalledone Júnior, ocorrido nesta Capital.

O falecido era pessoa estimadíssima na comunidade, em razão de seus dotes invulgares de honestidade e bondade, pelo que deixa familiares e amigos profundamente consternados.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento do presente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) ERONDY SILVÉRIO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações pela passagem do dia do Taquígrafo, ocorrido dia 06.pp.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à Associação da Classe e às Chefias das Divisões de Taquígrafia desta Casa e da Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) DONATO GULIN

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SUGERE, após ouvido o Plenário que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Jogo do Bicho, convide o Sr. Deputado Federal JOSÉ TAVARES, para que o mesmo preste informações referente ao assunto em pauta.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) PAULO FURIATTI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades na Administração Pública do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER prorrogação das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito, por mais cento e oitenta dias.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) RUBENS BUENO

APOIAMENTO: Tadeu Lúcio Machado, Adhail Sprenger Passos, Caíto Quintana, Nelson Vasconcellos, Sabino Campos, Nestor Baptista, Palo Furiatti, Acir Mezadri, Antônio Annibelli e Gernote Kirinus.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, nos termos da Constituição Estadual e no uso das atribuições regimentais, REQUER, após consulta ao Plenário, a convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde Jobim Castor, para que compareça à Comissão de Constituição e Justiça, em dia e hora que serão fixados conforme o Regimento Interno desta Assembléia, a fim de prestar informações sobre as operações de crédito externo contratadas, ou em andamento, por parte do Poder Executivo, a partir de 15 de março de 1983.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## JUSTIFICATIVA:

No dia 2 do corrente, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Calil Richa, tornou pública uma Nota Oficial na qual declara que tendo chegado ao seu conhecimento atos referentes a operações de crédito em moeda estrangeira que colocam sob suspeição ocupantes de cargos de confiança do seu governo, iniciou, de imediato, averiguações tendentes a esclarecê-los.

Em aditamento à sua Nota Oficial, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado declarava à imprensa que decidira consti-

tuir uma Comissão de Alto Nível para analisar as operações realizadas pelo Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, depois que recebera um pedido de verificação nas operações em moeda estrangeira, feito pelo Secretário do Planejamento. O Governador do Estado informou também que já vinha analisando a questão sigilosamente. No dia 3, o conceituado jornal "Gazeta do Povo" publicava na sua sétima página, a Nota Oficial do Governador do Estado, dentre outros títulos perguntando: Irregularidades nos Empréstimos em Moeda Estrangeira? E no corpo da matéria, com o intertítulo "denúncia", esclarecia que as denúncias do Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, envolveriam diferenças nas taxas de corretagem para obtenção de empréstimos em moedas estrangeiras. Haveria - revela a respeitabilíssima "Gazeta do Povo", uma diferença a mais de um por cento nas mencionadas taxas, pagas pelo Governo do Estado, em relação àquela que foi acertada quando das negociações para o empréstimo.

Nos últimos dias, o denominado "escândalo dos dólares" evoluiu rapidamente, sucedendo-se as denúncias de envolvimento do Secretário Erasmo Garanhão naquelas operações em moeda estrangeira que o próprio Governador José Richa, em sua Nota Oficial, afirmou que colocam sob suspeição ocupantes de cargos de confiança do seu governo.

O "escândalo dos dólares" assumiu tal proporção que passou a ser assunto em toda a imprensa do País. O Secretário Erasmo Garanhão veio a público com nota oficial e relatório que se referia a um pedido de informações formulado na Assembléia pelo ilustre Deputado Airtton Codeiro, tendo, também, se referido a outro pedido de informações do ilustre Deputado Erondy Silvério, sem, contudo, esclarecer a denúncia do Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, levada ao conhecimento do Governador do Estado, e que está sendo objeto de uma ampla análise, conforme o Decreto n.º 2934, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 4.

A Assembléia Legislativa, que tem o direito investigatório sobre fatos determinados, precisa ser informada sobre esses negócios realizados pelo Poder Executivo, no âmbito da Secretaria das Finanças, sob iniciativas do Secretário Erasmo Garanhão. São fatos gravíssimos e o ilustre Secretário do Planejamento, ainda no sábado, declarava à "Folha de Londrina" que as suspeitas levantadas sobre irregularidades nas operações de empréstimos internacionais, envolvendo o Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, "estão respaldadas em farta documentação, que arrolam dados e fatos concretos".

É entendimento manso e pacífico da doutrina que, nos regimes representativos, as Assembléias têm duas funções principais: legislar e fiscalizar o Governo. E essa doutrina é tão aprofundada que a quase totalidade dos autores consagra que nem é necessária autorização legislativa expressa para o exercício do poder de legislar e fiscalizar o Governo. Está implícito nas relações entre os Poderes do Estado.

As acusações são de extrema gravidade e engolfaram o Governo do Paraná numa crise sem precedentes na história política e administrativa do nosso Estado.

O comparecimento do Secretário do Planejamento à Comissão de Constituição e Justiça para prestar as informações objeto do presente requerimento virá contribuir para que sejam esclarecidas denúncias gravíssimas, formuladas por um Secretário de Estado contra outro Secretário de Estado. É um fato político inédito na história do Paraná. Denúncias formuladas ao Governador do Estado. São negócios financeiros expressos em dólares, envolvendo milhões de cruzeiros, e, inclusive, instituições bancárias não só brasileiras e até estrangeiras. A opinião pública reage proclamando que denuncia desse vulto lança suspeita ao Governo. Trata-se de acusação a um Secretário de Estado que é parte integrante do Governo, tanto política como administrativamente. Jamais se presenciou no Paraná um Secretário de Estado acusar o Governo a que pertence sem que estivesse respaldado em farta documentação que arrola dados e fatos concretos. E isso o Secretário Belmiro Valverde assegura que possui. O que se presencia com a ocorrência do "escândalo dos dólares" envolvendo a administração estadual e mais especificamente a Secretaria de Finanças, dirigida pelo Sr. Erasmo Garanhão, que não está em jogo apenas a conduta de um Secretário, mas todo o comportamento do Governo do Sr. José Calil Richa, que representa o PMDB no Executivo Estadual. O comparecimento do Secretário do Planejamento à Comissão de Constituição e Justiça, a um órgão técnico desta Assembléia, é a oportunidade para que todos os Deputados que compõem o Legislativo Paranaense demonstrem ao povo que os tornou seus mandatários que não desejam perder a confiança que lhes foi depositada. Ouvir o Secretário do Planejamento para que esclareça fatos tão graves contra o Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, é uma exigência moral.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, títulos de "personas non gratas" ao Paraná destinados aos Deputados Antonio Ueno, Ari Kfuri, Fa-

biano Braga, Ítalo Conti, José Martinez, Oscar Alves, Otávio Cesário, Reinold Stephanes, Renato Jonhson e Santos Filho.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

APOIAMENTO: Nilso Sguarezi, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Amélia Hruschka, Rubens Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Antônio Annibelli, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Irondi Pugliesi, Adhail Sprenger Passos e Acir Mezzadri.

#### JUSTIFICATIVA:

O desrespeito demonstrado por estes Deputados à vontade do povo em ter de volta o direito ao voto secreto e direto para Presidente da República nos envergonha.

O cinismo e a caradurice com que tentam justificar sua traição e covardia nos espanta.

A irresponsabilidade com que contribuíram para a não aprovação da Emenda Danta de Oliveira no último dia 25, pode ser constatada pelo impasse hoje vivido por toda a Nação quanto aos rumos da democratização do País.

Adeptos das candidaturas biônicas dos Srs. Salim Maluf e Mário Andreazza, não se pejaram em desonrar a política paranaense, votando contra, ausentando-se ou abstendo-se de aprovar as Diretas Já.

O desprezo e o repúdio com que vem sendo distinguidos estes Deputados, fiapos de homens públicos como muito corretamente os tratou o Editorial da "Folha de São Paulo", só não tem redundado em violência porque o povo entendeu, com clareza, que a não aprovação das Diretas Já carregou junto o Colégio Eleitoral e os Presidenciais. Estes foram politicamente sepultados, jogados na lata de lixo da história. Mas a Campanha das Diretas continua.

Temos convicção de que o prosseguimento da pressão popular e do entendimento político no Congresso Nacional resultarão na aprovação das Diretas ainda para 1984. E queira Deus que, com os votos favoráveis destes Deputados, que hoje são agraciados com o título de "personas non gratas". A revogação do título só será possível após, a retratação pública.

É a oportunidade vem aí, com os substitutivos à Emenda Leitão-Figueiredo. Emendem-se Srs. Deputados Antonio Ueno, Ari Kfuri, Fabiano Braga, Ítalo Conti, José Martinez, Oscar Alves, Otávio Cesário, Reinold Stephanes, Renato Jonhson e Santos Filho. O povo não se esquece.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são con-

feridas, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura reivindicação dos suinocultores de Santa Helena para que seja criado e instalado naquele município, Posto Veterinário de Defesa da Saúde Animal.

Por ser benefício pleiteado para um município em franco desenvolvimento no campo da suinocultura é de se crer que o proposto merecerá a melhor atenção na legítima reivindicação dos produtores santa-helenenses.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

1. O Município de Santa Helena congrega atualmente centenas de produtores de suínos de médio e pequeno porte e que buscam na saúde animal oferecer um produto garantido para o consumo, mas para tanto dependem de assistência mais efetiva dos órgãos competentes.

2. A Associação Municipal dos Suinocultores de Santa Helena, ressentida de melhor atendimento, pois para tratar da saúde do rebanho de seus associados tem que recorrer ao Município de Marechal Cândido Rondon, distante aproximadamente sessenta quilômetros, por estrada de leito natural o que está causando transtornos econômicos e desestímulo à classe produtora.

3. A criação de um Posto Veterinário de Defesa Animal no Município de Santa Helena, além de oferecer imediato atendimento aos suinocultores, por sua condição estratégica poderá ainda dar atendimento aos produtores de Missal e Vera Cruz do Oeste que serão beneficiados pela medida proposta.

4. Interpretando a vontade de uma entidade de classe e conhecendo suas dificuldades para a manutenção do rebanho suíno e pelas razões expostas é de se crer que a Secretaria de Estado da Agricultura atenderá as justas reivindicações dos suinocultores daquele promissor município.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer, solicitação ao Diretor Superintendente do IPE; através da Secretaria da Administração.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, Dr. Max Rosemann, veemente apelo no sentido de que seja instalado, com a máxima urgência, uma Coordenadoria de atendimento daquele instituto na sede do Município de Rio Negro.

O pedido justifica-se pelo fato de Rio Negro, localizado já na fronteira com o vizinho Estado de Santa Catarina, é o pólo natural para o qual convergem os interesses dos habitantes de diversos municípios da região, entre os quais: Campo do Tenente, Piên e Quitandinha, contando, todos eles com um considerável contingente de servidores públicos estaduais, que, na falta daquela Coordenadoria, tem que se deslocar até Curitiba, distante há mais de cem quilômetros.

Atendendo essa justa reivindicação, da qual somos porta-voz, o Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado estará, sem a menor sombra de dúvida, dinamizando os serviços do órgão que tem sob sua responsabilidade, com uma interiorização e regionalização do atendimento, e demonstrando a sensibilidade aos reclamos de um considerável segmento da população paranaense, que deve pautar os atos de qualquer homem público.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Dr. Marco Antonio Fiori, Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina - FUEL, solicitando esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na Universidade.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

A comissão treinada e dirigida pelo Professor Sérgio Bulgacov, elaborou documentos constando irregularidades na Fundação Universidade Estadual de Londrina.

No documento consta existirem altos funcionários, ociosos na FUEL, além de favorecimentos salariais e problemas na estrutura administrativa da Prefeitura, além da pouca assiduidade do Prefeito do Campus Osmar Alves ao trabalho.

O esclarecimento se faz necessário, pois é inadmissível que aconteçam demissões como a do ex-coordenador de Recursos Humanos, Sérgio Bulgacove do ex-diretor do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade, Donato Parizoro, conforme informações do relatório da referida comissão.

Diante disso nada mais correto que se examine detalhadamente os relatórios da comissão, para conferência das irregularidades existentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.



O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, pedido de informações quanto ao quadro funcional daquela Companhia localizada na municipalidade de Campo Mourão.

Tratam-se das seguintes as informações:

1 - Quais os funcionários demitidos a partir de 15 de março de 1983;

2 - Quais os funcionários admitidos, seus cargos bem como seus respectivos salários a partir do dia 15 de março de 1983 até a presente data.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a realização de estudos devidos, visando avaliar a possibilidade de se implantar serviços de conservação do solo na micro-bacia denominada Água Grande, localizada na municipalidade de Ubitatã.

A micro-bacia de Água Grande está localizada próxima a um rio de mesmo nome, que inclusive serve de fonte de captação de água que abastece o Município de Ubitatã, cujo processo, dada a falta de fiscalização, tem criado certa intranquilidade à população consumidora do tal precioso líquido.

Neste sentido, em face dos problemas atualmente verificados, a Câmara Municipal de Vereadores de Ubitatã, conforme ofício enviado, tem-se também demonstrado sua preocupação ante àquela conjuntura, assinado pelo seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor José Vicente Pires e em nome dos demais integrantes daquela edilidade.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado aos diretores da "Folha de Londrina" Walmor Macarini, externando-lhes os melhores cumprimentos pela iniciativa de promover a CAMPANHA DO CAFÉ e a da diversificação de culturas, bem como veicular-lhes a solidariedade da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que em data de 20/02 p.p. aprovou iniciativa deste parlamentar, em que textualmente se delineava a neces-

sidade do desencadeamento de um NOVO CICLO DO CAFÉ, planta social que sempre trouxe consigo a fixação do trabalhador rural no campo e a produção simultânea de todas as culturas básicas de subsistência ao homem do Paraná.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado aos Senhores Walmor Macarini e Walter Macarini, manifestando-lhes nossas congratulações pela iniciativa de propôr jornalisticamente a discussão que objetiva o reencontro do Paraná com os tempos áureos da produção cafeeira de outrora. A diretriz social da FOLHA DE LONDRINA está fazendo reviver a ânsia de apostar em nossas terras férteis que estão sendo, em ritmo assustadoramente progressivo, recobertas por densas pastagens. O café e a policultura básica de subsistência sempre caminharam juntos no Paraná, viabilizando a esperança do proprietário rural, mesmo que pequeno. E a que estamos assistindo? A um Paraná convertendo-se em imensas e desérticas pastagens, mas onde não há espaço para a sobrevivência simultânea dos cascos da boiada com os pés dos trabalhadores rurais, hoje convertidos em famintos herdeiros do eldorado de ontem. E, traídos em sua vocação agrícola, pioneiros e filhos dos desbravadores que abriram picadas e vararam o sertão, vão hoje morrendo à míngua à beira das invernadas, sem trabalho, sem forças e sem abrigo, após a maldita errância pelos caminhos do "progresso" que lhes negou o direito ao pão e à vida.

Sala das Sessões, em 07/05/84.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que sejam, através da realização de estudos devidos, liberados recursos de ordem financeira para o desenvolvimento de obras no setor rodoviário da municipalidade de Iretama.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins, este afirma, conforme correspondência enviada, a real necessidade dessa Secretaria apoiar àquela Administração Municipal, na construção de inúmeras galerias pluviais nas várias ruas, avenidas e travessas existentes.

Neste sentido, espera-se dessa Secretaria de Estado, uma avaliação que permita o imediato apoio às reivindicações ora discorridas, pois tratam-se de prioridades



previamente estabelecidas pelo Executivo — Justiça Eleitoral.  
Municipal de Iretama.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jarbas Passarinho, DD. Ministro da Previdência Social, solicitando esclarecimentos sobre os critérios adotados para as mudanças de chefias nos órgãos da Previdência no Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

A mudança de funcionários em Londrina e Umuarama nas chefias da Previdência, trouxeram transtornos, pois com a substituição foram empossados "Cabos Eleitorais" da liderança do PDS.

Causou, portanto, a revolta dos funcionários que alegam "não ser justo que estranhos ao quadro venham a ser chefes, desconhecendo totalmente o serviço. Isto não vai trazer benefício algum, além de provocar descontentamento e desestímulo entre os funcionários".

É preciso que se acabe com este tipo de interferência na Administração, principalmente neste caso, porque o prejuízo vai além dos funcionários, ele chega ao segurado que desde há muito vem se ressentindo com o mau atendimento da Previdência.

Os funcionários da previdência Social do Paraná, merecem nosso total apoio, pois combatendo atitudes arbitrárias como esta, estaremos fortalecendo o ideal de servir ao segurado em detrimento dos interesses políticos e eleitoreiros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após seja ouvida a Douta manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Alceu Conceição Machado, solicitando o empenho daquela autoridade a fim de se levar a efeito a criação e instalação da Comarca de Ortigueira, naquele Município.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

O proeminente Município de Ortigueira conta, atualmente com aproximadamente 60.000 habitantes, distribuídos nas zonas urbana e rural e, consoante dados estatísticos, com 9.800 eleitores registrados na

Justiça Eleitoral.

Com excelente arrecadação tributária, o referido Município ocupa destacada posição entre os Municípios que compõem e formam o Estado do Paraná.

Outrossim, necessário se faz salientar, que Ortigueira abriga, segundo fontes oficiais, 43% de sua população sem alfabetização, sendo, via de consequência, o município que apresenta o maior índice de analfabetismo no Estado, situação fática que justificaria, por si só, a instalação da Comarca naquela localidade, já que, quer nos parecer, salvo melhor juízo, que o Direito e a Justiça devem pontificar justamente em condições como a que a delineamos, onde a carência de esclarecimento e formação cultural são traços característicos.

Em que pesem estes aspectos, e, considerando-se ainda que o Município sedia, em sua extensão territorial, 5 (cinco) Distritos Judiciários, a saber: Ortigueira, Barreiro, Lageado Bonito, Monjolinho e Natingui, os quais são subordinados a Comarca de Telêmaco Borba, distante 60 quilômetros de Ortigueira, este município não adquiriu ainda, o "status" de Comarca.

Há que se considerar ainda, que a maior parte das ações judiciais que tramitam pelo Fórum da Comarca de Telêmaco Borba, são oriundos de litígios verificados em Ortigueira, mormente questões possessórias e criminais.

A retro reivindicação se faz, pois, tendo em vista o exposto e asseverado acima.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando o empenho daquela autoridade, a fim de viabilizar a restauração da Av. Manoel Ribas, via pública que dá acesso ao Município de Piraí do Sul, neste Estado.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

O tráfego e o trânsito de automóveis, utilitários e caminhões, que se faz de forma intensa por aquela via, acabou por desgastar, em toda sua extensão, a pavimentação asfáltica da Avenida Manoel Ribas.

Tendo em vista que a referida via pública é o elo de ligação de duas importantes rodovias, as PRs 11 e 90, além de ser, evidentemente, de suma importância, pois faz a junção da sede do Município de

Pirai do Sul com a rodovia PR 11, efetuamos a retro reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Educação, solicitando que a mesma envie esforços no sentido de ser reformado totalmente na Escola polivalente de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A escola polivalente de Campo Mourão conta hoje com mais de 1.200 alunos e infelizmente está a mesma sem as mínimas condições de atender a sua clientela dado o estado lastimável em que se encontra seu prédio, daí a presente solicitação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário que se envie expediente a Excelentíssima Secretária da Educação, solicitando que a mesma envie esforços no sentido de ser reformada a Escola Casimiro de Abreu no Distrito de Farol, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A escola em tela atende alunos de 1.º grau sendo sua clientela bastante numerosa, pois o Distrito de Farol no Município de Campo Mourão, é um dos mais desenvolvidos de toda a região da Concam, e hoje a mesma não tem condições mínimas de dar atendimento à referida clientela, haja vista, o péssimo estado de suas instalações.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER informações ao Senhor Governador do Estado sobre o Banco do Estado do Paraná S.A.

Senhor Presidente.

A partir da demissão do Senhor Léo de Almeida Neves - até hoje sem uma explicação convincente, que o levou a deixar inclusive o PMDB - o Banestado vem obtendo um desempenho muito abaixo dos níveis de crescimento da economia do Paraná. Enfrenta, ao que se sabe, inúmeras dificuldades, contrastando com uma estimulante expansão do imposto sobre Circulação de Mercadorias

indicador dos mais corretos para uma sensata avaliação de como se comportam a agricultura, o comércio e a indústria. Essas dificuldades causam preocupação aos acionistas do Banco, bem como, aos seus clientes e passam, forçosamente, por uma grave crise de competência administrativa. Com mudanças constantes em sua diretoria - cinco diretores deixaram o Banco em pouco mais de um ano de gestão - o Banestado requer do Governo do Estado um tratamento adequado, pela definição de objetivos consentâneos com o momento da economia do País e das necessidades do Paraná.

Fatos concretos demonstram que o próprio Governo do Estado não tem a confiança e a segurança que deveria ter na instituição bancária de que é majoritário, pois, lamentavelmente - já está cabalmente demonstrado - contratou empréstimos no exterior sem se utilizar da Carteira de Câmbio ou da Banestado Corretora. Optou por empresas particulares para fazer a intermediação, pagando-lhes altas taxas de juros, fortalecendo empresas que não são do Paraná, aumentando a dívida do Estado com evidentes prejuízos para o tesouro público. Importante notar que o farto noticiário os meios de comunicação e uma intensa campanha publicitária, informam aos paranaenses que a Banestado Corretora é a maior empresa do Brasil em seu ramo de atividades. Logo, é estranho que seus serviços não tenham sido usados pelo governo paranaense.

Há informações correntes dando conta que o Banco do Estado do Paraná está negociando empréstimo com o Banco Central, em decorrência da situação deficitária da instituição. Sob o pretexto de economizar, os diretores do Banco extinguíram doze gerências regionais e ameaçam eliminar o pagamento de vantagens aos funcionários. Desmentindo as suas próprias razões, o Presidente do Banco criou onze cargos no seu gabinete, sendo a maioria preenchida por pessoas estranhas aos quadros de carreira da instituição, sem conhecimento da realidade econômica paranaense, conhecidas internamente como os paraquedistas de uma administração que está desparanizando o "Banco de todos nós".

Os jornalistas e os profissionais de relações públicas estão sendo afrontados pela presença de um sociólogo na chefia do setor de comunicação, conforme denúncia em editorial o órgão de divulgação dos funcionários do Banestado, que circula sob o título "Contra-Cheque". O Banestado está perdendo cada vez mais a sua identidade. Mordomias descabidas, contratações políticas, ineficiência operacional, ausência de concurso público para admissão de funcionários, absoluta falta de competência, são algumas das razões que motivam o presente

requerimento, formulado na forma regimental.

Devo lembrar que em 1982, atendendo a um justo anseio dos funcionários do Banco, apresentei projetos de lei fixando normas para o preenchimento de todos os cargos de direção do conglomerado Banestado. Por esse plano de lei, metade desses cargos, obrigatoriamente, deveria ser ocupada por pessoal de carreira da instituição. Gente com capacidade técnica comprovada e com vida progressa acompanhada de perto pelo seu trabalho dentro do Banco, durante muitos anos. Votada pelo Plenário desta Assembleia Legislativa, em 1983, já com maioria, o PMDB rejeitou por unanimidade a proposta de lei que impediria os desmandos de hoje. Assim, abriu o caminho para a admissão de pessoas profissionalmente desqualificadas para o exercício de funções destacadas na direção do Banestado. Os resultados dessa decisão aí estão, preocupando a todos os que desejam que o Banco do Estado do Paraná seja um instrumento em proveito dos paranaenses, ágil e competente. O que infelizmente não acontece.

O Poder Legislativo precisa das seguintes informações do Governador José Richa:

1) Por que o governo do Estado contratou empréstimos no exterior, prescindindo da atuação do Banestado e sua Corretora, pagando altas taxas de intermediação a empresas particulares, com sede em outros Estados?

2) Qual o valor do empréstimo que está sendo negociado com o Banco Central e sob que motivação?

3) Qual o valor atual do "déficit" de caixa do Banco?

4) Por que só foi publicado nos últimos dias do mês de abril deste ano o balanço do Banco referente a 1983, ao contrário dos anos anteriores, quando a publicação ocorreu até 30 de janeiro?

5) Qual a razão da demissão do Senhor Léo de Almeida Neves, da presidência; do Senhor Alírio Dantas Nóbrega da diretoria administrativa (sem permanecer três meses no cargo); do Senhor Rodolfo Purpur da diretoria de recursos humanos; do Senhor Ricardo Machado Lima da diretoria de crédito geral e do Senhor Waldemar Carneiro Pereira da diretoria de câmbio? Quanto tempo cada um permaneceu no seu respectivo cargo?

6) Qual a razão da demissão de diretores, caso a caso, das empresas do conglomerado Banestado?

7) Por que foram extintas doze gerências regionais?

8) Por que foram criados onze cargos no gabinete do presidente da instituição, qual o salário, mais vantagens de cada um desses cargos e quais os critérios para o

seu preenchimento? Qual a origem dos seus atuais ocupantes? São radicados no Paraná há muito tempo?

9) Quantas pessoas, seus nomes e com que salários, foram admitidas a partir de 15 de março de 1983?

10) Ao contrário do que fazem, por exemplo, o Banco do Brasil e o Banespa, porque o Banestado contrata pessoal sem a regra moralizadora do concurso público?

11) Qual a razão da contratação de um advogado para chefiar a Divisão Jurídica, em prejuízo de um competente advogado, funcionário de carreira, forçado a se aposentar?

12) Por que a Assessoria de Relações Públicas está sendo dirigida por um sociólogo, numa agressão frontal aos profissionais das áreas de comunicação social e de relações públicas?

13) Quais são os contratados do Banco à disposição de outros órgãos governamentais e com que salários? Nominá-los.

14) Quanto custou para os cofres do Banestado a hospedagem, por longo tempo, do Senhor Rodolfo Purpur no Hotel San Diego, do Senhor José Brandt Silva no Slaviero Palace Hotel e do Senhor Rubens Soares no Araucária Palace Hotel?

É o requerimento, apresentado em defesa do Paraná.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoiamento: Jorge Maia Filho, Quiélse Crisóstomo, Edgard Pimentel, Odeni Mongruel, Tuguio Setogutte, Ezequias Losso, Antônio Belinati, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Erondy Silvério e uma ilegível.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembleia de editorial de primeira página do Jornal do Estado, na edição do dia 6 do corrente, intitulado "Dólares e Política", em face das oportunas colocações ali postas em relação às operações de empréstimos em dólares realizadas pelo Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

Além de outras judiciosas colocações, o respeitável articulista do editorial "Dólares e Política", discorre sob a necessidade do Governador José Richa, imediatamente assumir a condução das investigações do escândalo, pois que as sérias suspeitas de graves irregularidades atingem ao Governo José Richa como um todo e não apenas ao Secretário Erasmo Garanhão.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 100/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a desvincular do sistema de água e esgoto controlados através da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) os municípios optantes desde que haja manifestação encaminhada pelos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios interessados.

Art.2.º- A desvinculação de que trata o artigo desta lei será decretada até 30 dias após a manifestação apresentada pelos municípios do Chefe do Executivo.

Art.3.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o sistema implantado pela SANEPAR, não oferece aos municípios optantes condições para sua desvinculação da Companhia, ocorrendo isso somente através de processo judicial.

Com a presente medida se estará oferecendo aos municípios paranaenses, condições para, com seus próprios meios, explorar o Sistema de Água e Esgoto municipal, se assim o desejarem.

PROJETO DE LEI N.º 101/84.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO DO CAMPO ALTO", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta Capital e serve desinteressadamente à coletividade, conforme a documentação que anexamos ao presente Plano de Lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente a matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 102/84.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública o Centro de Pesquisa, Orientação e Assistência à Família- CPOAF - com sede e foro na Cidade de Cascavel - Estado do Paraná - na Rua Ercílio Luz, s/n - Bairro Alto Alegre.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Pesquisa, Orientação e Assistência à Família - CPOAF - tem por objetivo a pesquisa, a orientação e assistência à família; é uma entidade de personalidade jurídica própria, sociedade civil sem fins lucrativos e que visa o desenvolvimento de um Centro de Pesquisas aplicadas em Assistência Materna, com alta capacidade técnica-científica, bem como desenvolver técnica administrativa hospitalar para a criação de hospitais modelos tipo comunitário/ensino, preparar recursos humanos em sistema de assistência Materno Infantil e desenvolver programas comunitários de orientação e proteção à mulher.

Encontra-se em pleno funcionamento, atendendo às determinações para as quais foi criada e seu desempenho junto à comunidade cascavelense tem sido da maior relevância.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço registro para os Anais da Assembléia da nota oficial que o Diretório Regional do PMDB emitiu no dia 4 passado.

"Não deve causar estranheza a constituição de uma Comissão de Alto Nível, formada por pessoas de ilibada reputação, para a apuração de suspeitas envolvendo atos da administração pública.

Estranheza deveria causar sim, a sistemática omissão do PDS, nos últimos vinte anos, quanto à apuração das denúncias levantadas, estabelecendo uma cortina de silêncio, omissão e impunidade, quer a nível estadual como nacional, determinando a mais ruinosa desmoralização do trato da coisa pública.

Entendemos que a estranheza deve-se ao ineditismo do fato de um Governo sério e responsável assumir o risco de averiguar a lisura das ações de sua própria administração, antes mesmo de o PDS tê-las denunciado.

A prudência e a cautela que têm envolvido a apuração das suspeitas levantadas decorrem do alto senso de justiça e equidade do Governador José Richa. Somente o autoritarismo costuma condenar sem julgamento. O Governo aberto e democrático do Paraná exige prova cabal das ações para que possa exercer juízo sobre elas e tomar decisões que salvaguardem o bem público.

Por ser este um Governo que nada tem a esconder, não quer minimizar os fatos, mas igualmente não pretende tomar decisões impensadas. Não encara o episódio como mera disputa envolvendo correntes adversas, mas dá-lhe a verdadeira dimensão de fato a ser plenamente elucidado face à opinião pública.

O Diretório Regional do PMDB quer destacar a postura serena do Governador José Richa como exemplo a ser seguido pelos governantes, determinados a moralizar a gestão da coisa pública, restituindo-lhe a credibilidade e o respeito, minados por anos de impunidade e acobertamento. A decisão assumida revela absoluta sintonia com tudo quando o PMDB sempre tem pregado e exigido.

Este Diretório quer ainda reafirmar sua integral confiança na comissão instituída pelo Decreto 2934 e formada pelo Doutor Otto Luiz Sponholz, Professor Petrelli Gastaldi e General Luiz Carlos Pereira Tourinho, cuja isenção, honorabilidade e respeito são do conhecimento de todo o povo do Paraná.

Curitiba 4 de maio de 1984. Assinado Senador Álvaro Dias, Presidente do Diretório Regional do PMDB".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Com a leitura dessa nota oficial do PMDB nós queremos manifestar o nosso ponto de vista, de que até o final do trabalho da Comissão de Alto Nível, constituída pelo Governo Estadual, e a apresentação do seu relatório não incorremos na tentativa que hoje se faz, de desviar o assunto central, da vida política nacional, seja a nível da Câmara Federal, do Congresso, das Assembléias, das Câmaras de Vereadores, seja a nível de população como um todo, essa é a discussão central, uma vez tratada, dado o tratamento adequado às suspeitas levantadas em torno do Governo do Estado, nós temos a certeza de que o comportamento que o povo do Paraná exige de nós, Deputados Estaduais, é a convicção de que o relatório desta comissão de Alto Nível nos orientará sobre os rumos e os passos que os Deputados Estaduais, da Assembléia Legislativa, devem tomar. Mas, que no momento o ponto central continua sendo, queiram ou não queiram, são as eleições diretas a Presidente da República.

E nesse sentido Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados, que nós apresentamos hoje à apreciação desta Casa, o requerimento de título de "personas non gratas" ao Paraná, destinados aos Deputados Antônio Ueno, Ari Kfuri, Fabiano Braga Côrtes, Ítalo Conti, Oscar Alves, José Martinez, Reinold Stephanes, Otávio Cesário, Renato Jonhanson e Santos Filho.

Estes são os deputados que traíram e se acovardaram no Congresso Nacional no último dia 25 de abril.

Não se pode nesta Casa de Leis que representa politicamente o Paraná, deixar-se de aprofundar o debate sobre esta questão, porque ela está na pauta do dia do Congresso Nacional e na boca do povo, as "diretas já".

Muito obrigado. (~~sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente o nosso protesto ao Governo Federal que no dia de hoje implantou um novo aumento na tarifa de energia elétrica. Aumento que varia de 33 a 36%.

A inflação oficial do Brasil nos quatro primeiros meses do ano está em torno de 47% e, o Governo Federal que está apelando tanto através do rádio, da televisão, da imprensa procurando sensibilizar o povo para que caia o efeito maligno da inflação brasileira; para que a inflação caia pelo menos para uma taxa de 5% ao mês, nesses quatro primeiros meses do ano, pois o mesmo Governo Federal, num ato irresponsável e desumano dos homens que comandam a política econômica, já aumentou a tarifa de energia elétrica do povo brasileiro em quase 78%.

O nosso protesto por esse aumento tão desumano e fora de hora, decretado pelos Ministros da área econômica.

Sr. Presidente, outro assunto: (Lê)

"Chegou a hora da verdade. Toda a comunidade paranaense aguarda ansiosamente as investigações sobre as denúncias envolvendo operações de crédito em moeda estrangeira e que colocam sob suspeição membros da equipe do Governo do Estado. O Líder Luiz Alberto Oliveira deverá pedir hoje a convocação do Secretário do Planejamento, Belmiro Castor, para prestar informações à Assembléia sobre a solicitação que fez ao Governador, para que sejam investigadas as atividades do Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, em relação aos empréstimos em dólares.

O vibrante "Jornal do Estado" vem defendendo a tese de que o Legislativo é o foro competente para realizar as investi-

gações. E disso ninguém tem dúvidas. Em seu editorial de ontem, o "Jornal do Estado" considera como muito oportuna a proposta do Líder Luiz Alberto Martins de Oliveira, porque deverá trazer para discussão no Legislativo, onde têm assento os legítimos representantes do povo, esse assunto da maior relevância e que já extrapolou as fronteiras paranaenses e é motivo de perplexidade em todo o País. A solicitação do Líder Luiz Alberto - argumenta o editorial Hora da Verdade - não deverá encontrar obstáculos junto aos Deputados Estaduais, especialmente da Bancada do PMDB, porque urge serem os fatos devidamente esclarecidos. Atitude diferente, seria contra senso, um verdadeiro absurdo e até mesmo conviência com os que desejam uma administração pública fechada e alheia aos interesses da comunidade. Não apoiar a iniciativa da Oposição nesta Casa virá, inclusive, ferir os próprios princípios do PMDB, cujos representantes levantaram o povo, em praça pública, contra atitudes ditatoriais e indesejáveis no processo de convivência democrática.

A presença do Secretário do Planejamento na Assembléia Legislativa, para expor os motivos que o levaram a denunciar irregularidades na administração dos recursos financeiros do Estado, é de fundamental importância para o esclarecimento dessa gravíssima questão perante a opinião pública. Os Deputados do PMDB terão hoje uma chance que os parlamentares estaduais jamais poderão negar, sob pena de ficarem marcados profundamente, como aconteceu recentemente com os congressistas que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira, expostos à execração pública e condenados politicamente de forma definitiva.

É hora da verdade nesta Assembléia. Por isso, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, eu me congratulo pela lucidez e forte argumentação do editorial do "Jornal do Estado", esse corajoso jornal que honra a tradição e a combatividade do inesquecível jornalista Roberto Barroso e que tem encontrado no intimorato Roberto Barroso Filho outro grande guardião das causas públicas, porque jornal é isso mesmo: a verdade, doa a quem doer. Parabéns ao "Jornal do Estado". É hora da verdade. Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Compareço à tribuna apenas para registrar o fato que beneficia uma grande classe paranaense: a dos despachantes de trânsito do nosso Estado.

sito do nosso Estado.

O Ministro Murilo Macedo acaba de assinar a carta transformando a Associação dos Despachantes de Trânsito do Paraná em Sindicato, documento que leva o n.º MTB 316099/81. Sem dúvida alguma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é mais uma classe que se fortalece em nosso Estado. Precisamos ajudar, cada vez as classes, porque só assim temos entre as classes sociais do nosso Estado e as camadas representativas, a sua união, a sua direção pela reivindicação dos seus próprios assuntos.

Há mais de quinze anos que criou-se no Paraná a Associação dos Despachantes de Trânsito do nosso Estado; e há mais de quatro anos, sob a Presidência do Senhor Valter Gastão do Nascimento, que vem se lutando junto ao Governo Federal, para que se possa ter em mãos a carta na sua transformação em Sindicato.

O próprio General Adalberto Massa, representante e Delegado do Ministério do Trabalho no Paraná, muito ajudou junto a Bancada Federal do PDS, aqui representada pelo Deputado Norton Macedo, para que se agilizasse urgentemente a tramitação da transformação da Associação em Sindicato.

Hoje, meu desejo é apenas registrar os nossos agradecimentos ao Ministro Murilo Macedo, bem como o nosso abraço ao Sindicato, através do Seu Presidente Valter Gastão do Nascimento, porque é mais uma conquista que o Estado do Paraná tem, vinda do Governo Federal; Governo Federal este tanto criticado nesta Casa, essencialmente pelos assuntos econômicos, e hoje encontra-se no Paraná, como bem disse o Deputado Antônio Belinati, desta Tribuna, problema grave com referência à economia paranaense, vendo-se entre dois secretários de Estado, dos mais importantes, das pastas mais representativas; do Planejamento, digo, a Pasta do Planejamento e a Pasta das Finanças, essas têm a responsabilidade, uma de planejar, a outra de recolher e de pagar, e esse escândalo nascido no Paraná - o escândalo dos dólares - esses dólares tão criticados pelo PMDB, em palanques públicos, quando do Governo Ney Braga, do próprio Governo Jaime Canet Júnior, do próprio Governo Hosken de Novaes, vê-se que o atual governo paranaense critica, e ao mesmo tempo, usa das mesmas armas, só que agora usa diferentemente, para enriquecimento ilícito, para proveitos próprios, isso nós haveremos de provar ao nosso Estado e ao nosso povo.

Se a Comissão que o Governador José Richa acaba de nomear, realmente, for uma Comissão séria, porque nós não podemos adiantar os nossos elogios e as nossas críticas antes de termos os fatos nas mãos, antes de vermos os veredictos dessa

Comissão, nós voltaremos à tribuna, porque há poucos dias atrás, mais precisamente no dia 3 desse mês, em Santa Terezinha do Itaipu, o próprio Governador José Richa fazia um pronunciamento comunicando ao povo que o seu Governo é o mais austero até hoje conhecido no Paraná, e de austeridade nós não estamos vendo nada!

Nós estamos vendo é um Governo, que ao invés de transparente às vezes fecha as portas, ilude o povo não comunica os fatos; e a prova é a denúncia que nós realizamos da BANESTADO Reflorestadora da qual o próprio presidente veio aqui, confirmou a nossa denúncia e até agora nada!

O Governo não tomou a responsabilidade de mandar ninguém para a cadeia. Os ladrões continuam no Governo.

Muito obrigado. (~~sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado. Concede a palavra no Pequeno Expediente ao Senhor Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu venho à tribuna para pedir a intercessão do Senhor Líder da Bancada do Governo, Senhor Nilso Sguarezi, junto ao ministério do Interior, a fim de possibilitar o encaminhamento a esta Casa, de informações de um requerimento de minha autoria, perguntando qual a programação elaborada pela SUCEPAR, para o exercício de 1984, isto é, quais os municípios do noroeste do Paraná que serão incluídas nas verbas, nos recursos que serão distribuídos e administrados pela SUCEPAR.

Não é possível que se chegue ao mês de maio sem que os Prefeitos saibam se vão receber e quanto vão receber.

Já o exercício, no ano anterior, municípios que esperavam por informações oficiais, que seriam incluídos nos recursos da SUCEPAR, para combater a erosão urbana de suas cidades, esses municípios ficaram à espera todo o ano.

E nós sabemos que municípios onde o problema da erosão não é tão grave, foram aquinhoados, foram lembrados e foram beneficiados.

Não entendo que o requerimento de nossa autoria, provado em dezembro por esta Casa, até hoje não se tenha a informação, que no meu entendimento é de fácil explicação!

Quero me congratular, Senhor Presidente, com o Deputado Tércio Albuquerque, quando se refere à classe dos Despachantes Oficiais de Trânsito. É uma classe laboriosa, necessária ao Estado, e havia até recentemente uma dúvida, um receio, por

parte dos profissionais, que com o advento da Autarquia, com a transformação do Departamento de Trânsito em autarquia, a classe fosse extinguida praticamente.

E ao término ainda, Senhor Presidente, esse Deputado gostaria de receber, também desta Casa, a informação requerida no mês de março.

Muito obrigado. (~~sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo Orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

A grave crise por que passa o governo José Calil Richa, é motivo de preocupações em todo o País. E essa minha afirmação se reflete nos pronunciamentos de todos os órgãos de expressão nacional, principalmente os de comunicação social impressa, além dos registros efetuados pela mídia eletrônica. O noticiário sobre o que está ocorrendo no âmbito da Secretaria das Finanças é amplo, total e irrestrito, pelo menos no que concerne aos grandes jornais do País. E os analistas estão fazendo seus comentários. Um dos mais conceituados jornais do País, sempre invocado nesta tribuna por representantes do PMDB, é a "Folha de São Paulo". Sem dúvida um dos mais importantes e respeitáveis da imprensa brasileira. Na edição do dia 4 do corrente, a "Folha de São Paulo" publica uma análise de autoria desse excelente jornalista paranaense que é Nireu José Teixeira, na qual é dito que o Governador José Richa enfrenta a primeira grande crise do seu governo. E não é apenas uma crise de ordem política ou administrativa.

"O Secretário do Planejamento, Belmiro Castor, inconformado com as taxas pagas pela Secretaria das Finanças (Leia-se Secretário Erasmo Garanhão) às empresas intermediárias na concretização de empréstimos realizados no Exterior, após denunciar o fato e aparentemente revoltado com a falta de eco para suas palavras, pediu demissão do cargo".

Depois de outras considerações sobre o que chama de "irregularidades na Secretaria das Finanças", o articulista diz que o Governador José Richa não foi apanhado de surpresa, pois já vinha procedendo em sigilo as averiguações sobre as atividades do Secretário das Finanças.

"A crise não se circunscreve a divergências entre os dois Secretários. Políticos e detentores de cargos de confiança do Governador José Richa, principalmente da área do antigo PP, estariam solidários com o Secretário do Planejamento e somente



não teriam tomado atitude mais drástica, para salvar a unidade do PMDB no plano nacional, segundo o artigo na "Folha de São Paulo".

A crise que eclodiu no Governo do Paraná é muito grave, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados. A própria "Folha de São Paulo" diz que os fatos ainda são nebulosos e que o conceito que o Governador tem, junto ao povo do Paraná, de um homem honesto, está em jogo. Hesitações, dubiedades, subterfúgios, comissões podem comprometê-lo irremediavelmente.

E por certo, para alegria dos Deputados do PMDB, o articulista conclui com a oportuna exortação: O POVO PARANAENSE QUER HONESTIDADE - JÁ".

É isso o que esperamos.

Pela análise que faz desse triste episódio que está manchando a vida paranaense e comprometendo um governo que era de esperanças, estou solicitando a transcrição nos anais, do artigo sob o título "Honestidade Já". É muito oportuno para a vida do nosso Estado. Oportuníssimo para o governo do PMDB.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Há pouco ouvimos o pronunciamento do Deputado Márcio Almeida, que vai propôr um requerimento no sentido de que os Senhores Deputados que votaram com a Emenda Dante de Oliveira, sejam considerados pessoas não gratas aqui no Paraná.

Eu tenho a impressão, nobre Deputado, apesar de apoiar o requerimento de Vossa Excelência, que num País que está caminhando para a democracia, todos devem ter o direito de votar "sim" ou "não". Não têm o direito, isto sim, de se ausentar e não têm, muito menos, o direito de se abster, como ocorreu, infelizmente, com três Deputados do Paraná, que foram as únicas abstenções naquela reunião.

De qualquer maneira, Vossa Excelência propõe o requerimento e tenho a impressão que a nossa bancada gostaria de discutí-lo.

Na semana passada, no final da semana, mais precisamente, os Deputados Aírton Cordeiro e Luiz Alberto Oliveira, mais uma vez atacaram o Governo José Richa, Governo que, neste episódio atual, na chamada crise por parte dos homens do PDS, age o Senhor Governador com a maior lisura possível, com a maior tranqüilidade possível, sem precipitação alguma, como desejam os homens do PDS, para fazer com que, na rea-

lidade, haja na pressa do Governador, algum equívoco.

O Deputado Aírton Cordeiro, ao desacreditar na comissão formada pelo Sr. Governador ou mesmo o Deputado Luiz Alberto Oliveira, não estão por si só desacreditando do advogado Otto Sponholz, estão, sim, desacreditando do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná; estão desacreditando de uma entidade que tem lutado pelos direitos neste País. Nós sabemos, ao longo de sua existência, o professor Otto Sponholz está acima, quero acreditar, da suspeição levantada pelo Deputado Aírton Cordeiro e pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Mas, não param por aí, porque desacreditam, também, do Professor José Petrelli Gastaldi, autor de dois livros adotados em várias faculdades do País, sendo que um deles, "Elementos de Economia Política" está na sua 12.<sup>a</sup> edição.

Portando, levantam suspeição sobre o Professor Petrelli Gastaldi, um homem de uma conduta ilibada, que nós conhecemos perfeitamente. E não param aí, também, atacam, inclusive, as Forças Armadas, porque desacreditam do General Luís Carlos Pereira Tourinho, de tradicional família do Paraná, ex-Deputado Federal, ex-Líder do Congresso do Governo, inclusive, aliás, um dos poucos do Paraná que tiveram essa honraria; Presidente do Clube de Engenharia e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, e irmão também do ex-Comandante da 5.<sup>a</sup> Região Militar que, inclusive, passou para a reserva por não concordar com a política arbitrária do Partido de Vossas Excelências, partido este sim, que vive uma crise, porque tem hoje 95% da população contra o PDS, contra o Governo que Vossas Excelências defendem nesta Casa; partido este sim, que vive uma crise violenta, porque hoje, um dos maiores carrascos dos últimos 20 anos, que atentou contra os direitos de todos os cidadãos, o General Emílio Médici diz que no seu tempo não havia desemprego, não havia fome, não havia inflação, e desautoriza, portanto, a dívida externa, contraída na sua quase totalidade, pelos Governos Geisel e hoje, Figueiredo.

Eu tenho a impressão, Srs. Deputados, principalmente do PDS, que é muito melhor dar uma olhadinha no seu telhado, antes de tentar criar uma crise no PMDB.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho. (Declina).

Consulto à Liderança do PDS se fará uso horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem)

Vossa Excelência já encerrou o Grande Expediente?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Estava inscrito o Deputado Jorge Maia Filho que declinou. Nestas condições estou consultando a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado. Está com a palavra o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Passo a ler o pedido de convocação do Sr. Secretário de Estado do Planejamento, para que possa com autoridade de seu passado político e com a responsabilidade do exercício das altas funções de Secretário de Estado, esclarecer a esta Assembléia Legislativa a respeito do escândalo dos dólares que mancha, indelevelmente, o Governo Peemedebista do Sr. José Calil Richa; e cria as maiores dificuldades para que este Estado, até ontem, gozando de um grande conceito junto às instituições bancárias nacionais e internacionais, possa continuar obtendo os recursos necessários para implementar um programa de obras em favor do povo do Paraná.

Na justificativa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, afirmo que no dia 02 do corrente, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Calil Richa, tornou pública uma nota oficial, na qual declara que tendo chegado ao seu conhecimento, atos referentes a operações de crédito em moeda estrangeira, que colocam sob suspeição ocupantes dos cargos de confiança do seu Governo, iniciou de imediato, averiguações tendentes a esclarecê-los. Em aditamento a sua nota oficial, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado declarava à imprensa que decidira constituir uma comissão, que denominou de alto nível, para analisar as operações realizadas pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, Erasmo Garanhão, depois que recebera um pedido de verificação nas operações em moeda estrangeira, feita pelo Secretário do Planejamento.

O Governador do Estado informou, também, que já vinha analisando a questão sigilosamente. No dia 03, o conceituado jornal "Gazeta do Povo", publicava na sua sétima página a nota oficial do Governador do Estado, dentre outros títulos perguntando:

"Irregularidades nos empréstimos em moedas estrangeiras?" "E no corpo da matéria, com o intertítulo - denúncia - esclarecia que as denúncias do Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde Castor Jobim, envolveriam diferenças nas taxas de corretagem para obtenção de empréstimos em moedas estrangeiras.

Haveria, revela a respeitabilíssima "Gazeta do Povo", uma diferença a mais de 1% nas mencionadas taxas pagas pelo Governo do Estado, em relação àquela que foi acertada quando das negociações para o empréstimo internacional.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador).

Deputado Luiz Alberto, Líder inconteste de nossa Bancada e de nosso Partido. Companheiro, vemos Vossa Excelência discorrendo sobre a verdade. Estranhamos o ilustre vice-Presidente da Casa, Deputado Nestor Baptista ao generalizar, não acusação mas as indagações que Vossa Excelência faz sobre o problema cruciante que não deveria ter sigilo, o ilustre Governador José Richa, talvez tenha, Deputado Luiz Alberto Oliveira para a Bancada do PMDB não vou generalizar, mas para o ilustre Deputado Nestor Baptista que ataca e fere os companheiros nossos de Bancada do PDS, ataca e fere Vossa Excelência o secretário de nosso Partido, ao dizer que nossas palavras foram vãs.

Nós apenas queremos hipotecar a nossa solidariedade a Vossa Excelência e aos companheiros do PDS, porque quando se fala em Delfim Neto, quando se fala no ex-Ministro da Agricultura, nós temos a hombridade de vir aqui, atacar e dizer a verdade.

Vossa Excelência há de dizer dessa tribuna ao Governador José Richa, que "quem cala consente". E os "louva-a-Deus", as "vaquinhas de presépio", os homens que se agarram ao Poder para não discordar do chefe, estão aí a atacar a nossa bancada, a dizer Deputado Luiz Alberto Oliveira, que nós inventamos uma série de coisas.

Deveria ou deveriam os que estão discordando de nossa opinião, que queremos apenas esclarecimentos para a opinião pública. Um homem que teve uma vitória flagorosa, um homem, que não sei quanto custou, mas foi indicado como o Governador mais popular do Brasil, deve Sr. Presidente, deve ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira, pelo menos dar uma satisfação para a Minoria, para que o seu governo seja de fato participativo, e conte com o nosso apoio, o apoio integral da bancada e sei que hoje o apoio de 80% do povo paranaense que pede, exige e quer esclarecimentos.

É preciso que o ilustre Governador José Richa vá à televisão e diga a verdade dos fatos. Quem mente? Garanhão ou Valverde?

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço o ilustrado aparte do eminente Deputado Gabriel Manoel e respondo a Vossa Exce-

lência dizendo que compreendo as atitudes do PMDB, que fez uma nota oficial ridícula, própria de um ginasião, quando pretende tapar o sol com a peneira.

É o próprio Secretário Belmiro Valverde Castor que afirma nos jornais de respeitabilidade nacional, que tem provas, que tem documentos que realmente incriminam a Secretaria de Estado das Finanças no escândalo dos dólares. A Bancada do PDS sempre agiu com grande cautela nesse episódio. O eminente Deputado Erondy Silvério, já em novembro de 1983, havia levantado este assunto através de um pedido de informações. Fez bem o Deputado Erondy Silvério de, naquela ocasião, não dar as conotações de um escândalo, porque Sua Excelência, preocupado com o destino do Paraná, não queria colocar sob suspeição o Governo José Richa e não queria fazer com que se acabasse a credibilidade do Estado do Paraná como instituição. E o que nós verificamos, hoje, é que o Paraná não tem mais crédito, está sob suspeita pelas irregularidades praticadas por um Secretário que não corresponde à grandeza, que não respeita os parlamentares do PMDB, vide o episódio Léo de Almeida Neves; que não respeita esta Casa, que não sabe o que é prerrogativa e imunidade parlamentar.

É este secretário que hoje precisa dar as explicações, e que se tivesse um pouco de vergonha na cara, já teria renunciado ao cargo de secretário, pois no momento em que o Governador inicia uma comissão de inquérito para analisar os seus atos, ele, ocupante de cargo de confiança, deveria, no mínimo, solicitar o seu afastamento temporário. Mas o que vemos no Paraná, hoje, é que, apesar da suspeição séria contra Garanhão, ele continua a exercer o cargo de primeiro ministro do regime peemedebista do Paraná.

Continuo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a leitura da justificativa do requerimento de convocação do Secretário de Estado do Planejamento:

"Nos últimos dias, o denominado "escândalo dos dólares" evoluiu rapidamente sucedendo-se às denúncias de envolvimento do Secretário Erasmo Garanhão naquelas operações em moeda estrangeira que o próprio Governador José Richa, em sua nota oficial, afirmou que colocam sob suspeição ocupantes de cargo de confiança no seu Governo".

É bom que se leia, neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a reportagem da revista "Veja" na sua página trinta que circula no dia de hoje e que esclarece a respeito das denúncias apresentadas. Diz o articulista da revista "Veja": "denúncias reforçadas, fustigada por um relatório entregue por Scalco e Belmiro ao Governador contendo toda a cor-

respondência trocada entre Secretaria das Finanças, o "Midlan Bank" e Lehman Participações e Empreendimentos, empresa que intermediou o empréstimo, Garanhão alegou que o aumento da comissão fora decidido por assessores que cuidavam da área externa da Secretaria. Richa convocou Omar Nogueira e Emílio Pederneiras, encarregados daquele setor para deporem diante de seu chefe. Eles não só negaram qualquer envolvimento na decisão como também Garanhão de ter autorizado a taxa".

É evidente, Senhores Parlamentares, que a responsabilidade está caracterizada. O Governador do Estado tem os dados, os elementos precisos para que ele possa tomar uma decisão e, lamentavelmente, querendo agir nesta briga de Castor e Garanhão como "avestruz", ele constitui uma comissão de partidários políticos seus. Continua a reportagem da revista "Veja": "para reforçar as denúncias contra o Secretário das Finanças, Scalco, Belmiro e o Procurador Geral do Estado, Mário Maranhão, levaram ao Governador informações sobre outros dois empréstimos. Pasmem Sr. Presidente, Srs. Deputados, contraídos por Garanhão, num total de 37 milhões de cruzeiros, junto ao Banco Mercantil de Descontos, à taxa de juros de apenas 2% ao mês. Quando normalmente os juros bancários variam de 8 a 10% ao mês.

O gerente da agência do Banco Mercantil em Curitiba, João Fragas, é irmão de Gastão Fragas, que ao lado de Luiz Eduardo Menezes, trabalhou pela Lehmann na intermediação do empréstimo internacional; cuja taxa de juro foi, inexplicavelmente, aumentada por decisão pessoal, própria, caracterizada do Sr. Erasmo Garanhão.

O Sr. Mário Pereira - Permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, ao fazer referência ao Secretário de Finanças, o coloca como Primeiro Ministro do Governo José Richa. Quero lembrar ao nobre Deputado Líder do PDS desta Casa que, no Regime Presidencialista, a figura do primeiro ministro de fato é sinal de um governo incompetente, cujo titular não tem capacidade para gerir realmente o seu governo.

Isto tem sido uma característica dos Governos da Revolução. Assim é que, sistematicamente, a cada novo General que assume, o Ministro do Planejamento Roberto Campos, ou depois Delfim Neto, mais tarde Mário Henrique Simonsen, e atualmente novamente Delfim Neto, atestam a incompetência do Governo do Presidente da República, em realmente tomar conta do Governo, realmente presidir...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Só para contribuir com Vossa Excelência. É característica também do Governador Peemedebista, Franco Montoro, que colocou o Sr. Ro-

berto Gusmão, outro banqueiro, como Primeiro Ministro de seu Governo.

O Sr. Mário Pereira - Isto foi, no ato da nomeação do Sr. Roberto Gusmão, levantado pela imprensa. Mas, na prática, na realidade, não se tem visto isto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência não fale assim só com relação ao Governo Federal, lembre-se também do Governo do PMDB.

O Sr. Mário Pereira - Temos uma prática de vinte anos demonstrando cabalmente esta informação que Vossa Excelência faz com referência ao Secretário Erasmo Garanhão, que não é o primeiro ministro, que não é o secretário "todo-poderoso", que é um colaborador e um Secretário do Governo Democrático de José Richa que, ante supostas irregularidades, nomeia uma comissão de alto nível, uma comissão que representa a Ordem dos Advogados, através do Presidente da sub-seção da Ordem do Paraná, do Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná e de um Professor respeitável da Universidade do Paraná e que, publicamente, com acompanhamento da imprensa, diferentemente do Governo Geisel que, quando demitiu o ex-Governador Haroldo Leon Peres, prendeu uma edição da "Veja", com medo que se descobrisse a ponta do "iceberg" de corrupção que tinha a nível federal e que, hoje, toda a população brasileira sabe. O Governador José Richa fez exatamente o contrário: não se escondeu procurando abafar, acobertar o caso. O Governo José Richa nomeia uma comissão, dá publicidade a isto, torna público e esta comissão terá a responsabilidade de trazer a público tudo o que encontrar. Depois disto então, com direito a defesa daqueles que poderão ser acusados, possa o Governo, com serenidade, tomar atitude própria de um Governo democrático e de um Governo que tem o reconhecimento da população do Paraná pelo seu alto grau de moralidade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Congratulome com a tentativa de Vossa Excelência em defender o Governo José Richa. Vossa Excelência fica no acessório, na comissão de alto nível e esquece do fundamental. O acessório é a comissão. Sob a comissão se lança suspeita. Agora, explique as taxas, explique as denúncias do Estadão de São Paulo, que diz que o nosso Secretário das Finanças está recebendo empréstimos de um banco em Curitiba, do irmão do corretor, 37 milhões, segundo a VEJA, 35 milhões segundo o Estado de São Paulo, a juros de 2%. Vossa Excelência é engenheiro, faça o cálculo, ao longo de um ano, recebe 120% sobre os 35 milhões, este é o escândalo dos dólares do Paraná, que a opinião pública tem que tomar conhecimento. A nota do Governador, quando estabelece, que constitui uma comissão de alto ní-

vel, é profundamente contraditória, porque diz que o seu governo democrático quer esclarecer tudo, mas logo em seguida diz que as informações e que as suspensões, e que as indagações a respeito dos atos devem ser de caráter reservado.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como pode o chamado governo transparente, querer deixar sob a égide de uma comissão restrita, um escândalo de tamanhas proporções no Estado do Paraná, porque com relação a denúncias de corrupção do governo passado, o Governo José Richa quer constituir uma CPI na Assembléia Legislativa, usando a maioria esmagadora que tem e com relação ao escândalo do seu governo, ele constitui uma comissão de alto nível de funcionários do PMDB no Paraná, qual é o Poder competente constitucionalmente, legalmente para esclarecer as denúncias e para fiscalizar as atitudes governamentais, é esta Casa, é esta Assembléia. Vossa Excelência quando jurou defender a Constituição e quando tomou posse neste Parlamento, assumiu além do compromisso com a sua consciência, porque reconheço em Vossa Excelência um deputado digno e brilhante, assumiu também a responsabilidade de defender a Constituição do nosso Estado e é a nossa Constituição que estabelece: é preciso que a Assembléia fiscalize as atitudes governamentais.

Já que o Governador José Richa quer bancar avestruz, não tem coragem de tomar um caminho que a Lei lhe determina, vamos nós desta Assembléia, ouvir o Secretário de Estado Belmiro Valverde Castor, para que ele esclareça todos esses fatos que já são do conhecimento público, para que ele diga quais são os "telex" que possui, quais são as operações de crédito a juros melhor para o nosso Estado, que o Secretário das Finanças não quis tomar, para que aí sim, nós possamos fazer um juízo definitivo, e esta Casa vai viver hoje um episódio muito sério; é hora deste Poder se afirmar, de convocar o Secretário Belmiro Valverde, para que ele diga realmente o que sabe, quais as provas que tem, porque ele tem declarado, inclusive pela imprensa, é a Folha de Londrina que diz: "Belmiro Valverde afirma suspeitas"; baseiam-se em fartas documentações. Por que deixar para comissão, porque não analisar este assunto no cenário próprio, no fórum ideal para analisar e fiscalizar as atitudes governamentais que é a Assembléia Legislativa? Não é possível eminente Deputado, tentar tapar o sol com a peneira, como fez a nota fraca do PMDB, a nota ridícula do PMDB, que não esclarece a opinião pública realmente do que houve; quantos escândalos que o Governo José Richa vem vivendo, qual é o crime que está se cometendo contra o Paraná, não só aonde foram parar os dóla-

res, mas também o que isto está causando de prejuízo à imagem do Estado do Paraná, como instituição. Por isto Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, faço um apelo do fundo da alma, para todos os parlamentares, vamos cumprir com o nosso mandato, respeitar a delegação popular que recebemos nas urnas livres do dia 15 de novembro de 1982. Vamos ouvir o Sr. Belmiro Valverde Castor Jobin. Se for o caso ouviremos depois o Sr. Erasmo Garanhão e de posse dos documentos dos secretários, vamos constituir ou uma comissão especial de inquérito ou uma CPI para analisar este fato concreto, claro, evidente, cristalino, que ofende a gente do nosso Estado, e que coloca o Paraná sob suspeição de todas as entidades de crédito nacional e internacional. Este é o apelo que faço aos eminentes deputados do PMDB, pois tenho certeza querem esclarecer tanto quanto os deputados do PDS, a verdade total das famigeradas operações de crédito, que resultaram em comissões polpudas, e que o Sr. Belmiro Valverde Castor tem a obrigação moral de denunciar a esta Casa, para quais cofres, para quais bolsos, essas comissões roraram parar.

O Sr. Gilberto Carvalho - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço nobre Deputado. Mas é preciso esclarecer esta verdade, que quando se tenta desviar os fatos eu ouvi há poucos minutos, quando o orador se encontrava na tribuna, dizendo que nós tentamos desviar os fatos para o plano estadual, quando deveríamos pensar no plano nacional. Mas o que eu vejo é que até hoje, ainda tentam encobrir alguma coisa com as eleições diretas, no pronunciamento no Pequeno Expediente. E até o pronunciamento do Presidente Médici veio à baila hoje. Mas o que é preciso, e a responsabilidade e o compromisso nosso de paranaense é esclarecer os fatos que estão ocorrendo hoje, aqui no Paraná. E isto nós não poderemos aceitar de forma nenhuma. Não estamos de maneira nenhuma duvidando da honorabilidade desta comissão que se diz de alto nível. Respeitamos a posição do Dr. Otto Sponholz, do General Tourinho. Falou-se até nas Forças armadas. Nada disso! O que nós estranhamos é que disto não participe este Poder Legislativo que na realidade representa o povo. Representação do Poder Legislativo na pessoa de um deputado do PMDB e do PDS; deveríamos estar participando esta Comissão que se diz de alto nível.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência e concedo o aparte ao nobre Deputado Líder do PMDB em plantão, Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Deputado Luiz Alberto, não tem sido uma prática, diante

dos repetidos escândalos a nível federal, que de pronto o Governo Federal se posicione, nomeando comissões que possam realmente averiguar...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência se me permitir dialogar, eu quero esclarecer a Vossa Excelência que realmente concordo. Mas não se pode tentar justificar o erro que está ocorrendo dentro do PMDB no Paraná, atirando pedras com relação ao governo Federal.

O Sr. Mário Pereira - O que eu quero dizer, é que o Governador José Richa, ao nomear esta Comissão, eu acho que acabou assustando a Bancada do PDS, que não está acostumada a rápidas e prontas intervenções do Poder Executivo, quando algum problema há em sua área.

Nós não podemos, paralelamente, no meu entendimento, ao trabalho esta comissão, fazermos investigações, que o Poder Executivo já deu curso a elas, sob pena de colocar em suspeição esta comissão; e por via de consequência, em suspeição o Governador José Richa, que está dando um exemplo ao Brasil, ao nomear esta comissão. Se Vossa Excelência não confia nos homens que a integram; se acha que devemos colocá-la em suspeição, eu quero lhe dizer que como engenheiro, conheço o Dr. Luiz Carlos Pereira Tourinho, que há muitos anos preside o Instituto de Engenharia do Paraná e tem um conceito na classe dos Engenheiros do Paraná, de probidade, de homem digno e que poderia sem levantamento de suspeição, por parte de nós deputados, enquanto se encontrar no âmbito do Poder Executivo, com investigações paralelas; não quer dizer com isso que se casse o direito da Assembléia Legislativa, voltar ao assunto. Mas a minha posição pessoal é aguardar o resultado das providências prontamente tomadas pelo Governador José Richa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência quando me dá este aparte, me lembra o grande Rui, quando denunciava no Congresso Nacional, no Senado, irregularidades num dos períodos mais negros da história política do País. E quando fazia afirmações a respeito de desonestidade do Governo Federal de então, Rui Barbosa recebeu um aparte semelhante ao que Vossa Excelência nos dá e, Rui Barbosa com a sua sabedoria dizia: "O que os homens do Governo querem hoje é que nós da Oposição fiquemos caladinhos aguardando as providências do Poder Executivo; que comamos ao final do mês o nosso salário, mas que não trabalhemos efetivamente, como fiscais do povo". Quem tem o compromisso constitucional, moral, legal assumido com o povo do Paraná em fiscalizar as atitudes do Poder Executivo é esta Casa. É inerente à função do Parlamento, a função de fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa

comunica que está esgotado o seu tempo, no entanto, concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Por mais probos que sejam os homens que compõem a Comissão, que sobre a sua moralidade pessoal eu não levantei dúvidas, apenas afirmei que estes homens são filiados ao PMDB.

Eu não tenho dúvida, esta Casa não pode fazer o que faz o Governador José Richa que não decide e constitui uma comissão de Alto Nível. Nós temos que exercer o nosso mandato e temos que nos assegurar das provas e das denúncias que o Secretário Belmiro Valverde Castor possui.

O SR. Quielse Crisóstomo - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado, nós vamos também nesta Casa de Leis, nomear uma Comissão de Alto Nível para governar o Paraná, já que ele está criando uma Comissão de Alto Nível para substituir a Assembléia. Nós vamos também criar a nossa Comissão de Alto Nível.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço e tenho a impressão que a sugestão do Deputado Quielse Crisóstomo não vai ser preciso ser adotada com apoio dos eminentes Deputados da Oposição à proposição que faço.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário. Com a palavra o Senhor Deputado Roberto Requião, por 15 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, Senhores Deputado.

Tocou-me fundo o apelo que o ilustre Deputado, Líder do PDS nos fez, do fundo de sua alma.

Atitudes como estas nos dão esperança e confiança nas possibilidades de regeneração dos delinquentes.

Os que ontem não acreditavam na fiscalização da coisa pública nas Assembléias, que não acreditavam na sua autonomia, hoje têm o comportamento diferente e cobram exação do Governo do PMDB. E, isto é bom, embora venha tarde.

Tocou-me tão fundo este apelo que eu vou trazer à esta plenária mais alguns dados sobre a apropriação de fundos públicos e, tenho a certeza que a Bancada do PDS e seu líder somarão com o PMDB, talvez, na criação de CPI específica para defender a população de Curitiba que vem sendo espoliada por empresas de transporte público.

Senhores Deputados, admitindo as taxas inflacionárias corrente no ano de 1984, podemos chegar à conclusão de que a receita do transporte coletivo neste ano deverá atingir, neste ano, o montante de 60 bi-

lhões de cruzeiros, o que representa mais ou menos 80% do orçamento da Prefeitura da cidade.

Desta informação, podemos deduzir, analisando a planilha, que algumas ilegalidades e alguns custos terão valores como estes, por exemplo, depreciação de móveis, máquinas e utensílios, quarenta e dois milhões de cruzeiros; remuneração de móveis, máquinas e utensílios, sessenta milhões de cruzeiros; o que nos leva a crer que a escriturinha comprada pelos antepassados dos atuais proprietários das empresas estão sendo remuneradas pela tarifa que sobrecai no salário do trabalhador de Curitiba, em cento e dois milhões de cruzeiros ao ano.

Um outro dado, Srs. Deputados, reserva de contingência, que é uma reserva estabelecida para fazer face a algum imprevisto, e da qual nunca se presta contas, reserva sobre a qual não existe conciliação contábil, não há um acerto entre receita e despesa, reserva que é apropriada simplesmente pelos empresários no balanço do fim de ano, sem se prestar contas à Prefeitura e ao usuário. Essas reservas, Sr. Líder do PDS, oneram a passagem, no exercício de 1984 em quantia que se aproxima ao valor de dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e quatro milhões de cruzeiros.

Um outro item absolutamente espantoso, absolutamente ilegal, é o Fundo de Expansão, um fundo que serviria para expansão da fronta; este fundo se assemelha ao fundo criado por moradores de um edifício, para melhoria nos espaços comuns; fundo que ao fim do ano, quando os moradores pedissem ao síndico contas dele, o síndico declarasse: "utilizei este Fundo para reformar a churrasqueira da casa de minha tia".

O Fundo de Expansão, se existe expansão é apropriado pelas empresas, se não existe expansão é apropriado pelas empresas e dele não se presta contas, perdendo o passageiro, usuário do serviço, das duas maneiras.

Temos que discutir com seriedade a questão de apropriação de Fundos Públicos pelas empresas de transportes coletivos.

E, um grupo de Deputados, de Vereadores, de Entidades Sociais organizadas em Curitiba, está editando um pequeno jornal de denúncia, e eu me permito ler deste Plenário o editorial deste jornal, editorial de minha autoria, que é o seguinte:

O seu título: "TRANSPORTE - DESAFIO PARA UM GOVERNO DEMOCRÁTICO.

Os céticos e os cínicos costumam afirmar que nada mais se parece com um Partido de Governo do que a Oposição do Governo.

No entanto, no caso do Paraná e de Curitiba, esta não é uma afirmação verdadeira. A questão é que procuramos os caminhos



da gestão democrática do Estado, e por isto queremos, neste jornal de brigas e esclarecimentos, expor com clareza a verdadeira questão do custo da passagem do transporte coletivo em Curitiba e a natureza desses contratos.

Iniciemos com uma breve análise desses contratos, são permissão de exploração dos serviços de transporte a prazo fixo, renovadas sem concorrência pública, uma espécie de ação entre amigos, uma vez que empresários e governo eram até há pouco tempo do mesmo partido, o PDS.

As empresas operam em espaços seletivos, verdadeiras capitâneas hereditárias, onde ninguém mais pode entrar, dificultando a adaptação das linhas segundo o interesse da população.

Agora o sistema.

O sistema é radial: todas as principais linhas se dirigem ao centro, Praça Rui Barbosa, enquanto a evolução da cidade indica que o número de empregos centrais, digo, que o número de empregos nos bairros centrais diminui, enquanto, digo, aumentando na periferia. Mas como todos são obrigados a passar pelo centro, a Praça Rui Barbosa está congestionada. O ônibus, digo: Tarifa Integrada - o ônibus se torna mais barato quando é usado por um número maior de pessoas; por exemplo: deveria ser mais barato para o trabalhador que lota o carro em horários certos de ida e volta ao trabalho. Mais gente no mesmo ônibus, com a mesma gasolina e motorista. No entanto, os ônibus rodam 200 mil quilômetros, por dia, cinco voltas no diâmetro do globo terrestre, quase vazios, e quem paga por essa irracionalidade é o trabalhador.

A Planilha - a planilha é o que o povo chama de tranbique, mais safada do que raposa velha; engana e engorda o preço da passagem com mil malandragens. Por exemplo: calcula-se o gasto de combustível com a média de consumo de um ônibus lotado, e ele anda quase vazio, grande parte do dia; calcula-se da mesma maneira o gasto do pneu e a recapagem, e o povo paga pelo pneu que não foi trocado. O dinheiro das passagens é recebido à vista e posto a juros no "open market", juro que não beneficia os passageiros; é lucro das empresas.

A Contingência e o Fundo de Expansão - estas são duas barbaridades incríveis na planilha: contingência é um dinheiro que está embutido na passagem para cobrir o custo de qualquer despesa extraordinária. Como não acontece nenhuma despesa extraordinária, os donos das empresas simplesmente embolsam o dinheiro sem prestar contas a ninguém; já o Fundo de Expansão é ilegal, é dinheiro tirado da passagem para aumentar a frota. Se a frota aumenta, ela é da empresa; se não aumenta, a empresa embolsa o dinheiro. O passageiro perde das

duas maneiras.

Estamos fazendo uma análise bem feita neste jornal para que você saiba como até agora essas empresas ficavam com parte do seu salário; para que você possa ser fiscal do que acontece com o serviço de transporte. Isto está sendo possível - assim como aquela comissão que o Governador José Richa determinou para apurar a possibilidade de haver irregularidades nos empréstimos externos - está sendo possível porque o PMDB ganhou a eleição em 15 de novembro, e o Governador, como o Prefeito de Curitiba, têm compromissos com o povo. No nosso caso só falta a Prefeitura fiscalizar de verdade o sistema e passar as informações para que a população possa discutí-las".

Juntos vamos pensar soluções e atitudes que teremos que tomar no futuro, e tem muita coisa, Senhores Deputados, que juntos poderemos fazer. Por enquanto, precisamos conhecer a realidade das situações; precisamos deixar que o Governo do Estado dê sua posição, isto não significa que não precisamos, ou que abramos mão de acompanhar as diligências, mas o Governo do Estado deve ter o direito de dar a sua posição a respeito das denúncias. Dada a posição, pela primeira vez em muito tempo, esta Assembléia irá se pronunciar a respeito da situação em que se fizeram esses empréstimos, como se pronunciará a respeito de tudo, e tenho certeza, a respeito da tarifa de transporte coletivo, a respeito da apropriação de fundos públicos, e a respeito de todas as irregularidades - passadas e atuais - que possam cair no âmbito de nossa competência. Não enfraqueçaremos a Assembléia Legislativa, mas, em nome estrito da valorização do Poder, não permitiremos que a Assembléia seja instrumentalizada para transformar denúncias que o Executivo assumiu publicamente e sobre as quais uma comissão de inquérito trata de encaminhar seu pronunciamento final, não permitiremos a sobreposição de esforços. Na minha opinião pessoal, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a corrupção deve acompanhar, de perto, o trabalho da comissão estabelecida pelo Executivo; manter esta Assembléia informada, sem sonegação de informação de espécie alguma, e no momento devido, o Poder Legislativo se pronunciará a respeito do problema dos empréstimos internos.

Como se pronunciará enquanto o PMDB manter a maioria nesta Casa, a respeito de todas as irregularidades.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO- Eu concedo aparte ao ilustre e comovido nesta Assembléia,



Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira.

rança do PMDB. Mais quinze minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO- Senhor Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira, em primeiro lugar eu registro e transmitirei ao Prefeito as suas sugestões que não são minhas. Porque eu estou procurando uma transparência pública e não uma guerra contra empresários. Eu acho que as distorções são produtos do regime autoritário. Os empresários cumprem, também, o seu papel e eu não preconizo desapropriações, mas preconizo transparência; a ciência do conjunto da população sobre a forma com que ocorrem as coisas no setor da administração pública. Eu afirmo ao Deputado que as irregularidades que daqui para frente o PMDB delas tiver conhecimento e competência para resolvê-las, serão tratadas com a mesma dureza no nível municipal, no nível estadual e quem sabe se depois de uma eleição direta e da Assembléia Nacional Constituinte tudo melhore nos municípios onde nós ganhamos a eleição, e no Estado, onde o Governador José Richa exerce o seu astero Governo. Acredito que o povo está esperando ansioso as diretas e a Constituinte, para que o vento saudável da austeridade peemedebista, austeridade popular, alicerçada em compromissos claros, varra de vez a corrupção da face nacional.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é concedido.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Este é o quinto ano de aplicação da política de contratos-padrão de suprimento de café-verde, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro do Café (I.B.C.), a partir de 1980. Abrangendo cerca de 90% das exportações brasileiras, os contratos padrão permitiram que o volume exportado passasse de 12 milhões de sacas, em 1979, para 17,8 em 1983, o que equivale a um aumento de 48% desse volume em quatro anos. Estes contratos, válidos por um ano consistem em instrumentos celebrados entre o I.B.C. e o comprador estrangeiro, sendo as compras livremente contratadas pelo exportador privado brasileiro.

A importância destes contratos, refletida nos dados estatísticos da aplicação dos mesmos durante quatro anos, são incontestes; nasceram da preocupação brasileira em iniciar uma política de recuperação dos mercados tradicionais. Foram desenvolvidos estudos que fornecessem as autoridades nacionais, o indispensável conhecimento da estrutura da demanda dos torrefadores desses vários mercados, para que internamente

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Eu agradeço ao frio e calculista Deputado Roberto Requião, a concessão do aparte. E inicio o meu aparte devolvendo a Vossa Excelência e ao seu partido o adjetivo de "delinqüente", porque delinqüente é quem toma dólares e não presta contas. Porque delinqüente nobre Deputado Roberto Requião, e Vossa Excelência sabe disso, é quem se apropria de um bem imóvel do patrimônio público estadual e leva para uso particular da sua residência. Esses são os delinqüentes que o Paraná está conhecendo na verdadeira face do Governo.

Com relação às colocações que Vossa Excelência faz a respeito das tarifas do transporte coletivo de Curitiba eu quero me congratular com Vossa Excelência. Anteriormente o PMDB quando surgia qualquer escândalo a nível estadual, logo arrumava um pretexto do Governo Federal para abafar o escândalo peemedebista do Governo do Estado. Mas Vossa Excelência, inteligente como é, ao invés de ficar no âmbito federal, passou para o âmbito municipal. E Vossa Excelência fica no âmbito da Prefeitura Municipal de Curitiba. Ora, quem é o Prefeito Municipal de Curitiba, o Prefeito biônico, votado com os votos da maioria do PMDB, exatamente o Senhor Maurício Fruet. Quantos aumentos de transportes coletivos ele deu no período em que é Prefeito? Se esses aumentos são irregulares, o Senhor Maurício Fruet, Prefeito do Partido de Vossa Excelência, praticou ilegalidades. Porque Sua Excelência o Prefeito Maurício Fruet, não faz como o Prefeito Mário Covas de São Paulo, quando sabendo de uma irregularidade vai à empresas de ônibus e acaba esclarecendo os fatos. Porque que a Prefeitura Municipal não desapropria, se fôr o caso, o transporte coletivo de Curitiba? Ora, eminente Deputado, Vossa Excelência precisa analisar que também hoje tem passado, passado como governante, e não adianta apenas a velha tática de atirar pedras nos outros. É preciso assumir a postura de responsabilidade com relação à condução dos destinos de Curitiba e do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- A Mesa comunica ao orador que o tempo concedido para sua liderança está esgotado.

O Sr. Mário Pereira - A sua liderança deixa com o Deputado Roberto Requião o tempo necessário para que ele termine.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Está com a palavra o Deputado Roberto Requião pelo restante do tempo destinado à Lide-

fossem mantidos os adequados níveis de abastecimento de café-verde. Na aplicação desses contratos de suprimento, verificaram-se determinadas falhas, corrigidas de imediato; adaptados para as novas circunstâncias, específicas em cada ano conseguiu-se deste modo, que, ao inverso das demais matérias-primas agrícolas exportadas pelo Brasil, o café tenha contribuído muito positivamente para a balança comercial brasileira.

Neste cenário, o Paraná como maior produtor nacional desta cultura, vem dar sua inestimável contribuição para a atenuação do problema brasileiro denominado "Dívida Externa", favorecendo destacadamente esta importante exportação, que, não tanto como o foi anteriormente, ainda é um dos grandes sustentáculos da balança comercial do País.

Isto demonstra-nos, que, não obstante ter-se tornada uma cultura em vias de extinção neste Estado, ele possa ainda contribuir com o seu pequeno potencial para equilibrar nossa economia.

Porém tende a mesma ao inexorável desaparecimento. Efetivamente, os índices de erradicação das lavouras cafeeiras cresce assustadoramente, ameaçando este verdadeiro trunfo comercial, e trazendo consigo o inevitável desemprego de milhares de trabalhadores rurais. As causas que motivaram este declínio são conhecidas de todos os brasileiros: após a grande geada de 1975, quando centenas de agricultores viram desaparecer irremediavelmente o fruto do seu trabalho, inconformados arrancaram os pés de café, e partiram para outros tipos de cultura. Durante anos, amparados pela cultura-chefe que era o café, estes produtores rurais vinham mantendo outros tipos de plantações de subsistência, o que, deste modo, garantia além do seu sustento, um futuro próspero. As terras paranaenses, férteis, eram também, adequadas para o mesmo, e davam ao agricultor o justo prêmio pelo seu incansável trabalho. Mas as condições climáticas daquele ano, (embora este fator não seja limitante para esta cultura paranaense) foram de tal modo adversas, que passou o café à condição de apenas mais uma cultura entre muitas outras, através da redução significativa de produtividade, gerada pelo desestímulo que provocou nos agricultores, e pelos poucos programas de incentivo creditício.

Não obstante esta situação, o café ainda é viável. Muito embora a ocorrência de fatores adversos, a produtividade média paranaense tem sido mais alta do que a obtida em regiões isentas de geadas; além disso, atualmente o Paraná possui a nível regional, tecnologia própria que serve de apoio para o trabalho de assistência técnica para a implantação de novos cafezais.

Há que reacelerar esta cultura, tão tradicional do nosso Paraná, e que durante anos levou nos ombros o crescimento deste grande e fértil Estado, e que ainda hoje nos projeta como potência produtora de café, e colabora para que seja mantida equilibrada, ou menos deficitária, a nossa balança comercial.

Por todos esses motivos, quero aqui parabenizar o jornal "Folha de Londrina" pela campanha paranista e excelente nível, em prol da retomada da cultura do café. Vem o citado periódico demonstrar-nos a sua preocupação, que é nossa e de de todos os paranaenses, com relação à agravação da cultura cafeeira no Estado, e lembrar às autoridades a importância da volta da mesma, que é viável dentro de uma propriedade diversificada. A erradicação de nossos cafezais levou à miséria e à subnutrição a população do Norte do Paraná, que passou a imigrar para as capitais, lutando ali por colocações impossíveis, e aumentando as favelas nas periferias dos núcleos urbanos.

Segundo a "Folha de Londrina" é chegada a hora do Norte do Paraná retomar o seu desenvolvimento e combater pelos próprios meios a recessão, o desemprego e a fome".

E o café, como símbolo vivo deste Estado é o ponto de partida para através de um programa científico de uso do solo, clima, comercialização e emprego de mão de obra, contribuir decisivamente para o desenvolvimento futuro do Paraná.

Mais uma vez: Parabéns "Folha de Londrina" por mais esta contribuição à causa paranaense."

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelência aborda nesta tarde, um dos assuntos mais importantes deste Estado.

Conjuntamente a esta campanha promovida pela "Folha de Londrina", pela volta do café e pelas culturas de equilíbrio, tivemos a oportunidade, na semana passada, de apresentar um requerimento de elogio àquele jornal, por esta campanha. E Vossa Excelência com muita propriedade aborda este tema, principalmente porque a política agrícola que, voltada a este Estado, implantou-se monoculturas, e acabou praticamente com os incentivos ao café, gerou no Estado do Paraná esta imensidão de bóias-frias e de sitiante que hoje têm em suas lavouras praticamente uma cultura só. Porque Vossa Excelência como homem do Norte do Estado sabe, que junto com o café vinham culturas de subsistência, como o feijão, como o milho, como a mandioca e altamente absorventes de mão-de-obra e de subsistência.

Vossa Excelência sabe que o equilíbrio da agricultura está na sua complexidade,

está em inúmeras culturas dentro de uma mesma propriedade e a volta do café ao Paraná é um dos únicos caminhos para que consigamos absorver mão-de-obra e termos dentro das propriedades, culturas de subsistência e de equilíbrio econômico.

Parabenizo Vossa Excelência por este pronunciamento que está fazendo com muita propriedade e parabenizo a "Folha de Londrina" pela campanha que vem encetando neste Estado, pela volta ao café e pela volta às culturas de subsistência neste Estado como forma de garantir o equilíbrio econômico e social.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço o Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência Deputado, e nós não poderíamos ficar omissos a dizer a este Poder Legislativo que no Paraná de anos passados, aqueles que eram pequenos proprietários, cafeicultores da região em que representamos no Norte Pioneiro de nosso Estado. E que sentimos hoje que esta preocupação levantada pela "Folha de Londrina", levantada por Vossa Excelência que faz uma brilhante colocação nesta tarde, isto é muito necessário. É importante que se retorne a cafeicultura paranaense.

Nós observamos quantos e quantos favelados há nos grandes centros deste Brasil. Eram homens que tinham os seus 5,6 alqueires de terra e que foram desestimulados através, também, de uma falta de orientação técnica do uso indiscriminado de defensivos. E hoje parabenizo também ao Governador José Richa, de tomar esses posicionamento e através da Secretaria de Agricultura uma fiscalização maior hoje, no uso de defensivos.

Eu estou, Deputado Rubens Bueno, nós precisamos unir esta Assembléia Legislativa, fazer com que haja estímulo e procurar fazer com que haja um financiamento adequado para a retornada das divisas que é o café no nosso Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço o aparte a Vossa Excelência, lembrando que Vossa Excelência teve uma expressiva votação no município de Terra Boa e aquele município com a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, está já em fase final da implantação de um viveiro de mudas de café, no total de um milhão de mudas que já está praticamente à disposição dos agricultores daquela região.

Era isso Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 61/84 de autoria deste Deputado e outros. - **Aprovado.**

O SR. ANIBAL KHURY - (Pela Ordem) Senhor Presidente, sugiro a Vossa Excelência que determine ao Serviço de Ata que registre que foi aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa atende a observação requerida.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 61/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e outros, regulamentando a Emenda Constitucional n.º 21, de 05/12/83, que introduziu a alínea "C" ao parágrafo único do artigo 74, da Constituição do Estado (APOSENTADORIA PROPORCIONAL A FUNCIONÁRIOS COM MAIS DE QUINZE ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 61/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º É facultado ao funcionário público estadual, que conte com mais de quinze anos de serviço computados para todos os efeitos legais, o direito de requerer aposentadoria com proventos proporcionais.

Art.2.º O cálculo dos proventos proporcionais se fará mediante a divisão do valor total dos proventos a que teria direito o funcionário, pelo número de anos necessários à sua aposentadoria com remuneração integral, multiplicando-se o valor encontrado pelo número de anos de serviços do mesmo funcionário.

Art.3.º Concedida a aposentadoria com proventos proporcionais, o preencimento do cargo ocupado pelo funcionário aposentado só poderá se fazer após decorrido o restante do tempo necessário para a sua apo-

sentadoria com proventos integrais.

§ 1.º Durante o espaço de tempo a que se refere este artigo, será assegurado ao funcionário aposentado o direito de reversão ao cargo, a fim de que complete o tempo para obter aposentadoria com remuneração integral, vedada a contagem, a qualquer título, do período de afastamento em razão da aposentadoria proporcional.

§ 2.º Enquanto não decorrer o prazo a que se reger o presente artigo, o funcionário aposentado não poderá ser nomeado ou contratado para outro cargo, nem assumir qualquer função remunerada no serviço público estadual.

Art.4.º O disposto pelo artigo anterior, e respectivos parágrafos, não se aplicará nos casos em que o preencimento do cargo seja indispensável ao serviço, assim declarados pelo Chefe do Poder a que o mesmo esteja vinculado.

Art.5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoio: Nelson Buffara, Nestor Baptista, Rubens Bueno, Fuad Nacli, Ezequias Losso, Erondy Silvério, Adhail Sprenger Passos.

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto é regulamentar a recente Emenda Constitucional n.º 21, de 5 de dezembro de 1983, que introduziu a alínea "C" do parágrafo único do art.74, da Constituição do Estado, possibilitando a aposentadoria proporcional aos funcionários estaduais que contem com mais de quinze anos de serviço computados para todos os efeitos legais.

Procura-se, manter a vinculação do funcionário ao cargo, mesmo após a aposentadoria, facultando-lhe a reversão para completar o tempo necessário à aposentadoria com proventos integrais, e vedando-se o preencimento do cargo antes de que tal tempo tenha decorrido. Evitando-se, com isso, maior oneração aos cofres públicos, pois a nomeação do novo servidor só ocorrerá dentro do tempo regular de aposentadoria do primitivo ocupante do cargo.

Confia o signatário do projeto, de todo o exposto, na adesão dos Nobres Pares à aprovação da presente proposta de Lei.

#### Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 61/84

O presente projeto de lei tem por finalidade regulamentar o teor de Emenda Constitucional, que faculta ao funcionário público requerer aposentadoria com proven-

tos proporcionais após 15 anos de serviços.

A justificativa apresentada, nos convence da oportunidade de tal regulamentação, que inúmeros benefícios acarretará à laboriosa classe do funcionalismo público estadual.

A Emenda Constitucional n.º 21 promulgada por esta em 5 de dezembro de 1983, necessitava para sua efetiva aplicação, no âmbito administrativo do Estado, de uma norma reguladora a fim de melhor ser aplicado às suas reais finalidades. Este plano de Lei vem suprir essa lacuna e tornar exequível preceito constitucional estabelecido por esta Casa.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.84

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

#### Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 61/84

Pretende o nobre Deputado Anibal Khury com o presente plano de Lei, estabelecer normas visando regulamentar dispositivos constantes da Emenda Constitucional, que faculta ao Servidor Público requerer aposentadoria com proventos proporcionais após 15 anos de serviços.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que tal regulamentação vem estabelecer condições para possibilitar a aplicação de texto constitucional, propiciando a aposentadoria proporcional ao servidor público estadual, estando, assim em condições de ser aprovado por esta Casa.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala da Comissões, em

(aa) HOMERO OGUIDO - presidente  
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

#### Comissão de Recursos Humanos

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 61/84

O presente projeto de lei tem por objetivo regulamentar a Emenda Constitucional n.º 21, de 5 de dezembro de 1984, que introduziu a alínea "C" ao parágrafo único do artigo 74, da Carta Magna Estadual.

O referido dispositivo trata da aposentadoria proporcional por tempo de serviço, após 15 anos de exercício efetivo por parte de servidor público estadual.

As comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, desta Casa, chamadas a opinar, manifestaram-se favoravelmente à Pro-

posição.

No que cabe a esta Comissão de Recursos Humanos analisar, temos para nós que a Proposição não encontra óbice algum para merecer a sua aprovação.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02/05/84.

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente

EDGARD PIMENTEL - Relator

- Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 226/83, que dispõe sobre obrigatoriedade da publicação dos resultados das licitações promovidas pelos órgãos públicos estaduais, inclusive os de Administração Indireta, conforme especifica. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 226/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Os resultados das licitações promovidas pelos órgãos públicos estaduais, inclusive os da administração indireta, serão obrigatoriamente publicados da mesma forma que foram veiculados os respectivos editais.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 228/83, que dispõe sobre o número de Vereadores da Câmara Municipal de Reserva e dá outras providências. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

DO PROJETO DE LEI N.º 228/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - A partir da próxima Legislação, a Câmara Municipal de Reserva passa a contar com 9 (nove) Vereadores.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 238/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA DO PARANÁ - ABPR", com sede e foro nesta Capital. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 238/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA DO PARANÁ - ABPR, com sede em foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 239/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRESBITERIANA DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 239/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRESBITERIANA DE PONTA GROSSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 242/83, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor NILSON DO AMARAL FANINI. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 242/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor NILSON DO AMARAL FANINI.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 253/83, que concede "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ" ao Maestro GIUSEPPE BERTOLLO. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 253/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica outorgado o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Maestro GIUSEPPE BERTOLLO.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 02/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 155/83, que dispõe sobre a extinção das atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais-Militares, prevista na Lei n.º 7047, de 21.11.78, alterada pela Lei n.º 7638, de 10.09.82, e dá outras providências. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Diomar David Dalledone Júnior, ocorrido nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Leopoldina Pires Lima, esposa do suplente de Vereador do Município de União da Vitória, Sr. Hélio Pires. **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando prorrogação das atividades desta Comissão por mais cento e oitenta dias. - Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento)

Para fixar a posição do PDS. O PDS retirou-se da Comissão Parlamentar de Inquérito pelas razões já de conhecimento desta Presidência e deste Plenário; conseqüente, tendo em vista que esta Comissão compõe-se apenas de Deputados do PMDB, a Bancada do PDS vota contrariamente ao requerido pelo Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em discussão.

Encerrada a discussão, em votação.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem.

(Assentimento)

Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e solicita aos Senhores Deputados que retomem seus lugares para que possamos proceder à verificação de votação requerida.

O SR. MÁRIO PEREIRA - (Pela ordem) Senhor Presidente. (Assentimento)  
Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e solicita do Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Amélia Hruschka)  
Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

A SENHORA SECRETÁRIA - Termina a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Trinta e um Srs. Deputados responderam à chamada, há "quorum" para deliberação.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus assentos para que possamos proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados aprovam.

Doze Srs. Deputados rejeitam. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a aprovação de expediente que determine, ao início de cada sessão deste Legislativo, a leitura de nominata dos Srs. Deputados do Paraná, com assento na Câmara Federal, que se abstiveram, dos que se ausentaram e dos que votaram contra a Emenda Constitucional que previa o restabelecimento de eleições "Diretas Já" para Presidente da República. - **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação da Comarca de São Pedro do Ivaí. - Está em votação. **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela ordem) Sr. Presidente, embora Vossa Excelência

esteja colocando em votação, gostaria que Vossa Excelência consignasse na ata que na prorrogação da CPI da Corrupção, a Bancada do PMDB votou favoravelmente e a Bancada do PDS votou contrariamente à prorrogação da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Já está registrado a pedido do Líder do PDS, Sr. Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem)  
Sr. Presidente, a Bancada do PDS votou de acordo com as razões já levantadas neste Plenário, objeto de discurso que fiz em nome da Bancada do PDS e nós já esclarecemos devidamente a opinião pública, as razões que nos levaram a afastar-se com o Partido da famigerada comissão proposta pela Maioria do PMDB.

Entretanto se esta bancada não quisesse deixar passar este requerimento hoje, teria se ausentado do Plenário e o PMDB possui apenas 16 Deputados no Plenário, consequentemente esta deliberação não poderia ser tomada sem a participação do PDS.

Esse esclarecimento faço porque conheço as colocações públicas que daí podem ser aduzidas pelo Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Constará da ata as ponderações levantadas por Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, complementando as palavras do nobre líder, quero que seja consignado em ata o meu posicionamento.

Votei obedecendo à liderança de minha bancada. Votei contrariamente à prorrogação obedecendo tão somente as instruções da liderança da minha bancada, porque a mim pouco importa, Sr. Presidente, que uma comissão retrógada, que uma comissão radical continue cometendo as barbaridades que vinha cometendo até então, mas eu espero que com essa prorrogação volte a imperar o bom senso na comissão que apura possíveis casos de corrupção e que se convoque tam-

bém os responsáveis pelo grande escândalo nacional que acaba de estourar agora no Paraná, no Governo José Richa.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela ordem) Sr. Presidente, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando atos irregulares dos governos passados e do atual governo, cumpre neste momento agradecer a permanência da Bancada do PDS, se bem que votando contrária à prorrogação por mais 180 dias da CPI, mas por outro lado, cumpre também aqui salientar que apesar das palavras não condizentes com a realidade do Deputado Erondy Silvério, podemos dizer que o bom senso permanece; permanece tanto que estamos investigando a BANESTADO Reflorestadora a pedido do Deputado Tércio Albuquerque.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Nove Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 21/82, 215/83, 218/83, 220/83, 240/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 101/83, 102/83, 105/83, 106/83, 107/83, 108/83, 109/83, 110/83, 113/83, 114/83, 115/83, 116/83 e 117/83.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 61/84.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83.

Levanta-se a Sessão.